



Os senadores José Fogaça e Francelino Pereira, diretores como Nelson Pereira dos Santos, Gustavo Dahl e Roberto Farias e outros representantes do cinema nacional participaram da reunião da subcomissão criada pelo Senado

## Privatizações preocupam os senadores

Os senadores Geraldo Melo e Nabor Júnior temem que as privatizações de empresas ligadas ao abastecimento de água e energia possam causar prejuízos às camadas mais pobres da população. Melo defende a garantia de uma tarifa social para os serviços de água e esgoto.

PÁGINA 3

## Plenário vota dez matérias esta semana

Projeto de lei alterando questões relativas à medicina e segurança do trabalho dentro da CLT é um dos dez itens que constam na pauta do plenário do Senado esta semana. As votações começam na quarta-feira.

PÁGINA 3

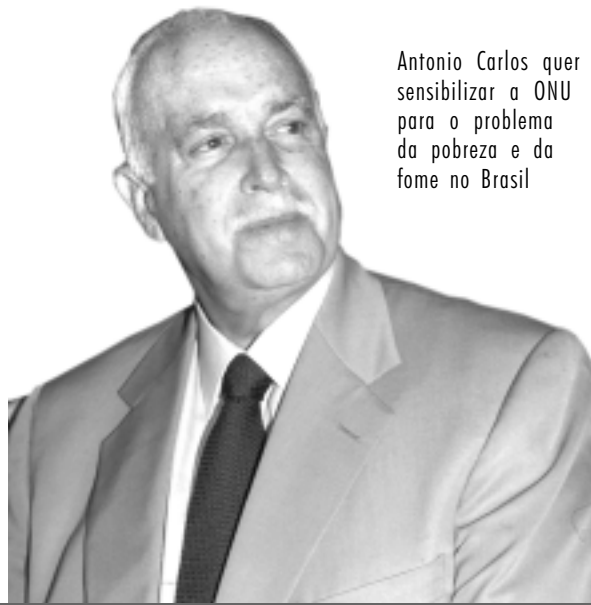
# Senado proporá leis para fortalecer o cinema nacional

Durante reunião da Subcomissão do Cinema, na sexta-feira, senadores, cineastas e representantes da indústria iniciaram discussão de propostas de estímulo à produção de fitas brasileiras

## ACM LEVA À ONU PROJETO CONTRA POBREZA

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, encaminhou carta ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), afirmando que o desenvolvimento econômico mundial não tem servido para acabar com a fome e a miséria. Na correspondência, Antonio Carlos detalha suas propostas de criação do Fundo para a Erradicação da Pobreza, que poderá contar com receitas anuais de US\$ 4 bilhões, geridos por um conselho sem ingerência do governo ou dos partidos políticos. Ele pediu a compreensão e a ajuda de Kofi Annan para o seu projeto.

PÁGINA 2



Antonio Carlos quer sensibilizar a ONU para o problema da pobreza e da fome no Brasil

O Senado pretende contribuir com projetos de lei para o fortalecimento do cinema nacional. Essa intenção foi manifestada na sexta-feira, durante a reunião da Subcomissão do Cinema Brasileiro, que contou com a presença do presidente José Fogaça, do relator Francelino Pereira e dos cineastas Nelson Pereira dos Santos, Roberto Farias e Gustavo Dahl, entre outros. O teor das propostas será decidido a partir de uma série de audiências públicas com representantes da indústria em pólos de produção como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre. A próxima reunião da subcomissão será na quinta-feira.

PÁGINA 4

# ACM pede o apoio de Kofi Annan a plano contra pobreza

Solicitação foi feita em carta encaminhada pelo presidente do Congresso ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas

Em carta enviada ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, afirma que o crescimento econômico sozinho tem se revelado insuficiente para erradicar a pobreza. Por isso, ele apresentou, há cerca de dois meses, proposta de emenda constitucional para criar o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Antonio Carlos esteve sexta-feira na sede da ONU, em Nova York, onde entregou o documento no Departamento Econômico e Social. Em entrevista à Rádio das Nações Unidas, ele disse que o Congresso está decidido a reduzir a pobreza e, inclusive, criou comissão para oferecer alternativas para enfrentar a

questão.

O senador explica na carta que o fundo será formado com a receita de vários impostos já existentes e deve somar cerca de US\$ 4 bilhões anuais. O dinheiro será administrado por um conselho que não terá ingerência do poder público ou de organizações partidárias.

Ele afirma que os vários governos brasileiros têm tentado reduzir os níveis de pobreza do país nos últimos anos, mas grande parte do esforço de canalizar recursos públicos para as áreas sociais mostrou-se "perverso e contra-producente", beneficiando os não-pobres. O presidente do Congresso informa ainda ao secretário-geral da ONU que o Brasil não gasta pouco com a área social, que tem

recebido cerca de 21% do PIB.

Apesar disso, cerca de 25% dos brasileiros ainda vivem abaixo dos níveis mínimos de subsistência, ao mesmo tempo em que há no país uma elevada concentração de renda. O presidente do Congresso diz ao secretário-geral da ONU que a parcela de 1% dos mais ricos detém 13,8% da renda brasileira, enquanto os 50% mais pobres recebem apenas 12,1%.

Por tudo isso, e depois de lembrar que o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, já alertou para a necessidade de se humanizar a globalização, Antonio Carlos diz na carta que espera contar com a compreensão e ajuda do secretário-geral da ONU para seu projeto.

# Luzia Toledo rebate acusações a Elcio Alvares

"Calúnia e leviandade." Foi como a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) qualificou a denúncia, da revista *IstoÉ*, de que o ministro da Defesa, Elcio Alvares, estaria envolvido com o crime organizado. "É preciso que o país seja devidamente informado sobre os verdadeiros patrocinadores de acusações irresponsáveis, que jogam lama sobre um homem público que tem uma vida ilibada e dedicada aos interesses nacionais", disse ela.

—O ministro da Defesa é a mais recente vítima de perigoso e descontrolado processo de inquisição ao qual a sociedade brasileira está sendo submetida. É um ataque covarde e forjado sem investigação jornalística criteriosa — afirmou Luzia Toledo.

Para a senadora, o episódio abre caminho para o perigoso terreno da espe-

culação, da intriga e do julgamento sem provas, "onde os inocentes são condenados e julgados pela opinião pública por atos e fatos que jamais cometeram". No seu entender, isso é grave e coloca em risco o próprio regime democrático.

Depois de cobrar mais responsabilidade dos meios de comunicação, Luzia Toledo garantiu que parte da imprensa optou, nos últimos anos, por uma linha editorial suicida, "que vai do sensacionalismo barato à irresponsabilidade criminosa". Ela acrescentou que as acusações contra o ministro se encaixam nessa categoria do jornalismo.

Luzia Toledo destacou que a criação do Ministério da Defesa foi um fato de relevância histórica que contribuiu decisivamente para a consolidação das instituições democráticas no Brasil.



Para Luzia, os ataques a Elcio foram "delirantes"

## Porto propõe que SUS pague gastos com remédios

Projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a ressarcir usuários dos gastos com medicamentos de uso contínuo, não encontrados nas farmácias da rede própria. A proposta, que também determina que o remédio deve ser prescrito por médico do SUS, altera a Lei Orgânica da Saúde, de 1990.

Na justificativa da matéria, o senador argumenta que a assistência farmacêutica é parte indissociável do amparo à saúde e sua proposta possibilita



Porto diz que o ressarcimento é coerente com a lei

que as pessoas carentes não interrompam seu tratamento por falta de recursos. Porto acredita que o projeto contribui para a atual Política Nacional de Medicamentos, instituída pela Portaria 3.916, de 1998, que busca a descentralização da gestão, a otimização e a eficácia do sistema de distribuição do setor público, além do acesso da população aos produtos, no âmbito do setor privado.

— A obrigação legal de ressarcir gas-

tos com medicamentos que não disponibilizar na sua rede será um estímulo à busca de pactos de gestão e de cobrança de eficiência, por parte dos municípios, de seus parceiros, isto é, dos organismos de gestão estadual e federal do SUS, em especial na procura de maior eficiência nos sistemas de distribuição do setor público — defendeu.

Arlindo Porto assegurou que a matéria é coerente com o que determina a Lei Orgânica da Saúde, no artigo 26, em relação à remuneração de serviços privados complementares.

## Tião Viana sugere licença para médicos estrangeiros

Com o objetivo de reverter as disparidades na distribuição da saúde pelo território nacional, o senador Tião Viana (PT-AC) apresentou projeto de lei propondo que os conselhos regionais de medicina (CRMs) possam conceder registro provisório a médicos estrangeiros que pretendam trabalhar em regiões do Brasil onde haja comprovada existência ou escassez desses profissionais. A proposta altera artigo da lei que dispõe sobre a inscrição dos médicos nos CRMs, acolhendo recomendação da Organização Mundial de Saúde. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Pelo projeto, o registro provisório será emitido pelo CRM para exercício profissional em estabelecimentos públicos por período igual ou inferior a dois anos. Para requerer o registro, os interessados deverão registrar o diploma estrangeiro perante autoridade consular brasileira.

Tião Viana argumenta que as estatísticas brasileiras relativas ao atendimento médico são preocupantes. Conforme dados de 1996 coletados pelo Conselho Federal de Medicina, o Brasil tem 672,86 pessoas para cada médico, rela-



Viana argumenta que faltam médicos no país

ção inferior à recomendada pela OMS, de 500 pessoas por médico. A região amazônica conta com um médico para cada 2.500 pessoas.

Ressaltando que as mudanças constitucionais viabilizadas pela reforma administrativa já habilitaram os estrangeiros a integrar os quadros do serviço público brasileiro, o senador argumentou também que a profunda desigualdade na distribuição de profissionais médicos pelo país configuraria uma situação de emergência.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1999

<b>PLENÁRIO</b>
14h30 - Sessão não deliberativa
<b>PREVISÃO DA SEMANA</b>
<b>PLENÁRIO</b>
Quarta-feira (13.10.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PR nº 96/99, dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados; *PLC nº 96/95, acrescenta parágrafo ao art. 163 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da obrigação das empresas de manter serviços especializados em segurança e medicina do trabalho; *PDL nº 15/98, aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre os governos do Brasil e da República da Guiné-Bissau; *PDL nº 18/98, aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre os governos do Brasil e da República Tcheca; *PDL nº 148/98, aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas; e *Requerimento nº 538/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de resolução nºs 68 e 88, de 1999, por versarem sobre nova redação ao inciso VIII do art. 13 da Resolução nº 78/98 (operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações).
Quinta-feira (14.10.99)
10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 4/97, autoriza o Poder Executivo federal a reverter em favor da Sociedade Japonesa de Santos (SP) o imóvel que menciona; *PDL nº 14/99, aprova o texto do Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina; *PDL nº 17/99, aprova o texto de Integração Cultural, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina; *PDL nº 36/99, aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina; *PLC nº 9/97, altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da assistência social; e *Requerimento nº 539/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 169 e 502, de 1999, por versarem sobre estímulo ao primeiro emprego e emprego após os 40 anos de idade.
Sexta-feira (15.10.99)
9h - Sessão não deliberativa
<b>ESPECIAL</b>
Quarta-feira (13.10.99)
12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: <i>Star Wars: Episódio I - A Ameaça Fantasma</i> , de George Lucas. Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
 2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)  
 2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)  
 3º Secretário: Nabor Júnior  
 4º Secretário: Casildo Maldaner  
 Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
 Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070  
 Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170  
 Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327  
 Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva  
 Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
 Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
 Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
 Ed. Anexo I do Senado Federal,  
 20º andar  
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
 Secretaria Especial  
 de Editoração e  
 Publicações

# Melo defende tarifa social de água

Senador sugere criação de cadastro nacional que identificaria os consumidores de baixa renda, para que eles possam usufruir dos serviços de água e esgoto a um preço acessível

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) propôs na sexta-feira, em plenário, que seja feito um cadastro nacional dos usuários das distribuidoras de água e esgoto que pagam tarifas mínimas por esses serviços, para que a população de baixa renda não seja prejudicada com a privatização do setor, a ser implementada nos estados e municípios. O cadastro, conforme a sugestão do senador, deve recolher informações dos três últimos anos e fazer parte dos contratos de privatização das distribuidoras de água e tratamento de esgoto.

A intenção de Geraldo Melo é possibilitar que a população mais pobre pague a chamada tarifa social, para

que possa usufruir daqueles serviços. Ele propôs também que as empresas estatais distribuidoras de água e tratamento de esgoto não vendam o total de seus ativos às empresas privadas. A melhor opção, acrescentou, é as estatais aumentarem seu capital social, emitindo ações para que as empresas privadas as comprem e, assim, sejam acionistas majoritárias.

Dessa forma, observou o senador, as estatais, apesar de passarem a ser acionistas minoritárias, irão deter um certo controle sobre os serviços e manter vigilância dentro das empresas:

— Acho que esse tipo de serviço não deveria ser privatizado, mas, se a de-

cisão é essa, a melhor opção é captar recursos e adotar essas medidas — disse Melo.

O processo de privatização do setor de energia elétrica nos estados e municípios também preocupa o senador. Segundo ele, a tarifa social não está sendo levada em conta. É a companhia distribuidora de energia elétrica que define o perfil do consumidor que deve pagar a tarifa social, mas esse critério é suspeito, observou, porque acaba excluindo a maior parte dos pobres.

O senador apresentará suas propostas à Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza, conforme anunciou em plenário.



Geraldo Melo apresentará sua proposta à Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza

## Pauta do Senado tem dez matérias esta semana

Dez matérias integram a pauta de votações do plenário do Senado para esta semana, entre elas projeto de lei da Câmara alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no artigo referente à obrigação de as empresas manterem serviços especializados em segurança e medicina do trabalho. O objetivo é permitir à comissão interna de prevenção de acidentes (Cipa) determinar a suspensão da atividade quando as condições de trabalho coloquem em risco a integridade física do trabalhador.

O mesmo projeto obriga a contratação de técnico em segurança e medicina do trabalho com as prerrogativas dos integrantes da Cipa. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou uma emenda evitando que o técnico tenha a prerrogativa de não sofrer despedida arbitrária. O senador entendeu que o técnico não deve fazer parte da Cipa, pois é um profissional a ser contratado para dar assessoria em questões de segurança.

O projeto será votado quarta-feira, assim como iniciativa disposta sobre o pecúlio dos servidores do Senado e órgãos supervisionados. Na mesma sessão, deverá ser votado o Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Brasil e a República da Guiné-Bissau. O parecer oferecido pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável à aprovação.

Também aguarda votação acordo sobre o exercício de emprego por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado entre o governo brasileiro e a República Tcheca. O parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) na Comissão de Relações Exteriores foi favorável. Na mesma sessão, o plenário deve votar a Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, assinada em Caracas (Venezuela), a qual tem parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Na quinta-feira, os senadores votam projeto que autoriza o Poder Executivo a reverter em favor da Sociedade Japonesa de Santos o primeiro imóvel utilizado pelos pioneiros para sediar a instituição naquela cidade. Romeu Tuma foi também relator dessa matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo parecer favorável. Na mesma quinta-feira, os senadores votam três acordos celebrados entre o Brasil e a Argentina, todos com pareceres favoráveis da Comissão de Relações Exteriores.

## Nabor se diz contrário à privatização da Eletronorte

Ao expressar sua preocupação com os rumos que vêm sendo dados pelo governo ao processo de privatização do setor energético, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) declarou na sexta-feira ser contrário à privatização da Eletronorte. Ele disse que essa já é uma convicção entre os setores técnicos e profissionais, que entendem que da empresa “depende todo o futuro dos estados amazônicos”.

Na avaliação do senador, não é recomendável que o governo tente impor um modelo único para o setor sem atentar para as diferenças regionais:

— Nesse campo, mais do que em qualquer outro, os interesses do Sul-Sudeste e os do Nordeste nada têm em comum — observou.

O senador defendeu que o novo modelo energético respeite as condições vividas pelos produtores e habitantes das regiões, especialmente da Amazônia, que tem os mais baixos índices socioeconômicos do país e depende de uma política energética fomentadora de progresso, esclareceu.

A partir dessa idéia — a adoção de um modelo energético abrangente que leve em consideração os fatores econômicos e sociais dos estados —, o senador apresentou a proposta elaborada pela Federação Nacional dos Urbanitários, filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), em conjunto com a Intersindical Norte e a Associação dos Empregados da Eletro-



Nabor defende novo modelo energético que respeite os moradores da Amazônia

norte. As sugestões, encampadas por Nabor, estão divididas em dezoito itens que objetivam garantir a reestruturação do setor na Amazônia e promover a integração regional.

Nabor também criticou as propostas de privatização isolada da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, cuja cisão está marcada para acontecer no próximo dia 30, pois, em sua opinião, apenas esta empresa do setor é capaz de atrair o capital estrangeiro, ficando para o poder público os núcleos antieconômicos:

— Podemos comparar a privatização isolada de Tucuruí à venda das partes nobres do boi, deixando para a sociedade apenas os ossos, a carcaça roída e imprestável. Seria uma operação absurda, lesiva ao patrimônio público e ao futuro de nossos filhos — afirmou o senador.

## Patrocínio ressalta a importância da Norte-Sul

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse na sexta-feira que a retomada da construção da ferrovia Norte-Sul está se dando dentro de uma nova concepção — a de empreendimento estatal que será privatizado ainda no curso de sua construção. Isso evitará posteriores gastos com o saneamento da empresa, a exemplo do que tem acontecido, por exemplo, no setor bancário, observou.

Conforme Patrocínio, diante da decisão do governo de privatizar a Norte-Sul, o governador do Tocantins, Siqueira Campos, está viajando pelo mundo para mostrar a viabilidade do projeto, em busca de investimentos. Desde o final do governo Sarney (1990), a ferrovia estava paralisada pela falta de recursos. Verbas mínimas vinham sendo alocadas para as obras no Orçamento da União.

A paralisação da hidrovía Araguaia-Tocantins devido a uma liminar da Justiça também foi abordada por Patrocínio. De acordo com o senador, a alegação de que a hidrovía provoca dano ao meio ambiente, base para a decisão judicial, não se sustenta, já que os construtores podem utilizar técnicas e maquinário avançados para desobstruir o leito dos rios sem matar os peixes:



Patrocínio: governador Siqueira Campos busca investimentos estrangeiros para a ferrovia

— Ninguém mais do que nós tem a preocupação de proteger o meio ambiente e implementar políticas de desenvolvimento sustentado. A hidrovía é uma obra fundamental para o país — afirmou o senador.

Patrocínio também referiu-se em seu discurso a outro projeto, que, em sua opinião, é de grande importância para o Tocantins: a universidade federal aprovada em lei, mas vetada pelo presidente Fernando Henrique. O senador espera que o veto seja derrubado pelo Congresso ainda este ano. A matéria está em exame por comissão especialmente criada para analisar uma série de vetos presidenciais.

## Cândido participa da Assembléia dos Lutadores do Povo

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) participou na sexta-feira, em Brasília, da abertura da Assembléia dos Lutadores do Povo. O evento foi promovido pela Consulta Popular, entidade apartidária composta por sete organizações sociais.

O objetivo do encontro, de acordo com o parlamentar, foi o de discutir a democratização da terra, do capital,

da cultura e dos meios de comunicação social. Ao final da assembléia, os participantes elaboraram a “Carta à Nação”, um resumo das principais reivindicações apresentadas durante o evento.

Também participam da assembléia, entre outras lideranças, Leonel Brizola, presidente do PDT, João Pedro Stédile, do Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra, e Plínio de Arruda Sampaio.

Cândido informou ainda que está à disposição de todos os interessados cartilha intitulada *Como acabar com a pobreza*, que contém uma síntese das propostas do senador para a erradicação da miséria do país. Pedidos podem ser feitos através dos telefones (0-XX-61) 311-2175 e 311-2172.



Cândido disse que foi elaborada uma “Carta à Nação”

# Subcomissão apresentará projetos destinados a fortalecer cinema nacional

Subsídios para essas propostas virão de audiências públicas com representantes da indústria em pólos de produção como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre

O relator da Subcomissão do Cinema Brasileira, senador Francelino Pereira (PFL-MG), assegurou que as relações entre o cinema nacional e o Poder Legislativo, "que até recentemente não existiam, deverão se estreitar significativamente até dezembro". Ao final dos seus trabalhos, disse o senador, a subcomissão, que realizou na sexta-feira sua primeira audiência pública, deverá apresentar projetos para que o cinema se firme como expressão artística da nação e como produto economicamente viável.

Francelino observou que até agora não havia uma iniciativa concreta no sentido de estabelecer o convívio e o debate entre o Congresso Nacional e o meio ci-



nematográfico. O primeiro passo para que seja construída uma situação favorável ao desenvolvimento estável do cinema nacional, entende o senador, é ouvir o que os próprios cineastas têm a dizer sobre as suas dificuldades e perspectivas.

O presidente da subcomissão, senador José Fogaça (PMDB-RS), informou que deverão ser realizadas audiências públicas em capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, "tradicionalmente centros de atividades cinematográficas no Brasil". O propósito da subcomissão, disse o senador, "é dar voz ao cinema brasileiro e buscar uma forma para

que se possa, quem sabe através de uma nova legislação, incentivar e criar uma indústria cultural sólida, que possa se sustentar sozinha".

Participaram da audiência pública de sexta-feira os diretores Nelson Pereira dos Santos, Roberto Farias e Gustavo Dahl, este último falando sobre a legislação para o setor; a exibidora Adriana Rattes; a professora Maria Dora Mourão, da Escola de Cinema da Universidade de São Paulo (USP); e Marcos Marins, que mantém um *site* da Internet sobre cinema.

No encerramento da audiência, o relator Francelino Pereira informou que a próxima reunião, na quinta-feira, contará com a participação do secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés, pre-



Francelino Pereira prevê relações mais fortes entre o cinema e o Congresso

sente na audiência de sexta-feira, e de integrantes do Conselho Nacional de Cinema.

## Simon propõe programação regionalizada

A televisão brasileira deve ter uma programação regionalizada, diversificada em termos culturais e regida por normas de um Código de Ética semelhante ao existente para a publicidade, organizado por diversos setores da sociedade. As propostas foram defendidas pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), presidente da Subcomissão Permanente de Rádio e TV do Senado, em entrevista concedida na Universidade de Brasília.

Simon lembrou que quem dita a programação da tevê brasileira é o resultado do Ibope e afirmou que "este não pode ser o único parâmetro para dizer quais programas vão ao ar e a que horas são exibidos". Embora reconhecendo que a televisão é comercial, o senador observou que ela é também uma concessão pública, e defendeu a regionalização da programação.

— Precisa ser regionalizada. A lei de mercado não vai mudar essa programação. Pela lógica do mercado, a tendência é que fique tudo centralizado em São Paulo, onde está 60% do dinheiro da publicidade. Nesse sentido, São Paulo é mais negativo para o Brasil do que os Estados Unidos são para América Latina — disse.

Como exemplo de uma possível determinação de um Código de Ética para a televisão, que seria feito por representantes da sociedade civil, o senador citou a obrigação de exibir uma hora por dia de programação regional em horário nobre.

Simon iniciou a entrevista falando sobre a importância da televisão na formação da sociedade brasileira atual, "da mesma forma como, no passado, eram a família, o colégio e a Igreja".

— Hoje quem forma, orienta, mostra os caminhos para a sociedade é a tevê. Desde as crianças, como babá eletrônica, até a velhice, quando a pessoa não tem outras coisas para fazer — analisou.

O senador citou artigo em que o cronista Luis Fernando Veríssimo prevê o aumento do fosso entre brasileiros de diferentes classes sociais, separados entre uma elite que tem dinheiro para pagar tevê a cabo e o restante da população, limitado aos programas oferecidos pela tevê aberta.



Pedro Simon lembra que a televisão é uma concessão pública

## Senadores querem promover a consolidação do setor

Os senadores presentes à audiência pública promovida na sexta-feira pela Subcomissão do Cinema Brasileiro consideraram de enorme importância cultural e econômica a consolidação da indústria cinematográfica brasileira. "Não vamos reproduzir o Estado getulista nem os anos áureos da década de 70", observou o presidente da comissão, senador José Fogaça, "mas é possível adotar várias políticas indicativas para garantir essa consolidação". A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), por exemplo, acha que o cinema deve ter benefícios semelhantes aos recebidos por outros setores, como a indústria automobilística.

— Precisamos pensar também na formação da nossa juventude, que está à mercê de filmes com conteúdos violentos — afirmou a senadora.

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) considerou injustas com o cinema brasileiro as regras de importação de filmes norte-americanos. "O mercado consumidor é um ativo financeiro que não se pode dar de graça. Por isso apresentei um projeto de lei cobrando 5% de imposto de importação. É pouco, mas é um começo", disse.

Estevão afirmou que os representantes da Motion Pictures Corporation ainda não o procuraram para fazer pressão contra o projeto. "Podemos, também, procurar meios de garantir uma fatia de mercado para o cinema brasileiro, sem recorrer à lei da obrigatoriedade, que é antipática."

Para o senador Agnelo Alves (PMDB-RN), um processo industrial maduro na área de cinema permitiria que ocupás-

semos mais espaço, o que hoje é impossível, a despeito da produção de filmes de qualidade como o *Central do Brasil*.

Essa indústria não vai se consolidar sem que os cineastas tenham acesso a financiamento fora do sistema bancário, onde os juros são muito altos. É o que pensa o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), para quem o Estado precisa fomentar o desenvolvimento em países como o Brasil. Além disso, o senador considera fundamental a criação de um mercado para os filmes nacionais, o que poderia ser facilitado com uma estratégia de *marketing* mais agressiva, inclusive com a utilização da TV. Saturnino enfatizou a necessidade de melhorar a formação de cineastas e outros profissionais do setor.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), anunciou que projeto de sua autoria e do deputado Ubiratan Aguiar, aumentando de 1% para 10% o valor deduzido da arrecadação com as loterias para incentivo à cultura, poderá ser aprovado dentro de 60 a 90 dias. Ele explicou que parte dos recursos deverá ser aplicada no cinema brasileiro.

Arruda também comunicou à subcomissão que encerrou a biografia que estava escrevendo sobre d. Lúcia Rocha, mãe de Gláuber.

## Roberto Farias defende cobrança de imposto sobre filmes estrangeiros

Ao participar de audiência pública na Subcomissão do Cinema Brasileiro, o diretor e produtor Roberto Farias afirmou que o filme nacional não domina o mercado porque ele custa mais caro para o exibidor do que o norte-americano. "Um filme brasileiro, com sala cheia, dá menos lucro do que um norte-americano com meia sala. Então o exibidor somente opta pelo brasileiro durante as semanas obrigatórias por lei."

Segundo Farias, é um absurdo que os filmes norte-americanos entrem no Brasil com alíquota zero de importação. "Nem a indústria automobilística, que já teve décadas de superproteção, resistiria ao produto estrangeiro, se ele não pagasse impostos de importação."

O cineasta Nelson Pereira dos Santos (diretor de *Vidas Secas* e *Memória do Cárcere*) aplaudiu a iniciativa de criação da Subcomissão do Cinema Brasileiro e traçou um histórico dos diversos ciclos pelos quais passou o cinema nacional, identificando instabilidade como uma característica constante. Ele disse esperar que do trabalho da subcomissão resulte a formulação de uma política para o setor.

Gustavo Dahl, diretor de *Uirá*, que já foi presidente do Conselho Nacional de Cinema, considera

necessário "esclarecer o papel do Estado junto à atividade cinematográfica no Brasil". Trazendo dados atualizados sobre a produção, distribuição e exibição de filmes, principalmente nos Estados Unidos e no Brasil, Gustavo procurou demonstrar que há uma "diferença de escala" muito grande a favor dos norte-americanos. Ele explicou que o cinema feito nos Estados Unidos, especialmente em Hollywood, se beneficia do maior mercado interno do mundo, equipado com 32 mil salas de exibição, além de ter se tornado um produto consumido a nível mundial. De acordo com o cineasta, essa circunstância põe o cinema americano em grande vantagem em relação a todos os demais.

A professora Maria Dora Mourão, da Escola de Cinema da USP, afirmou que o Brasil ainda engatinha na reflexão sobre a formação dos profissionais do cinema. Para ela, nunca houve de fato uma preocupação em debater propostas de

políticas de formação que acompanhassem as discussões sobre as políticas de incentivo à produção.

Como representante dos exibidores, Adriana Rattes disse que não há nenhuma dificuldade de comunicação entre o nosso cinema e o público, mas uma grande dificuldade de chegar-se ao público. No entanto, conforme Adriana, se essa constatação é simples, a solução do problema é bem complexa.

— Necessitamos de um conjunto de medidas muito abrangentes, e de uma firme disposição política do governo e das autoridades no sentido de desenvolver a indústria audiovisual brasileira — afirmou.

Marcos M. Marins, que mantém um *site* na Internet sobre cinema brasileiro, alertou os senadores da subcomissão sobre as pressões que, "com certeza, irão sofrer se estiverem, realmente, dispostos a mudar o panorama do nosso cinema".



Subcomissão ouviu cineastas brasileiros durante sua primeira audiência pública